

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

KÁTIA REGINA FERREIRA LOBO ANDRADE MACIEL

A FORMAÇÃO, A RUPTURA E A RECONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE FAMILIAR DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS:
O *OUTRO* REFERENCIAL À LUZ DA NARRATIVA DO ACOLHIDO.

Rio de Janeiro

2014

KÁTIA REGINA FERREIRA LOBO ANDRADE MACIEL

A FORMAÇÃO, A RUPTURA E A RECONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE FAMILIAR DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS:

O outro referencial à luz da narrativa do acolhido.

Dissertação apresentada na
Universidade Estácio de Sá como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Direito.

Área de concentração: Direitos
Fundamentais e Novos Direitos

Orientadora: Professora Doutora Edna
Raquel Rodrigues Santos Hogemann

Rio de Janeiro

2014

M152f Maciel, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade

Formação, a ruptura e a reconstrução da identidade familiar de crianças e adolescentes institucionalizados: o outro referencial à luz da narrativa do acolhido / Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – Rio de Janeiro, 2013.

194f. ; 30cm.

Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade Estácio de Sá, 2013.

1. Direito. 2. Criança, adolescente. 3. Acolhimento institucional. 4. Acolhimento familiar. 5. Adoção. 6. Identidade social. 7. Alteridade. I. Título.

CDD 340



Estácio

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A dissertação

A FORMAÇÃO, A RUPTURA E A RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS: O "OUTRO" REFERENCIAL À LUZ DA NARRATIVA DO ACOLHIDO

elaborada por

KATIA REGINA FERREIRA LOBO ANDRADE MACIEL

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Direito como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM DIREITO

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Edna Raquel Rodrigues Hogemann – Presidente
Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Nilton Cesar Flores
Universidade Estácio de Sá

Profa. Dra. Heloisa Helena Gomes Barboza
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Senhor e Salvador Jesus Cristo por ter me ensinado a amar o meu próximo como a mim mesmo e a acolher os excluídos.

Agradeço ao meu amado marido Washington, o meu grande incentivador e inspirador da importância de retornar aos estudos acadêmicos para servir melhor aos meus alunos da pós-graduação da UERJ.

Agradeço às minhas lindas filhas Raquel e Rebecca, razão de minha existência, pela paciência e compreensão das privações de tempo e de atenção por conta da feitura do presente trabalho.

Agradeço ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro que me proporcionou o aprendizado prático e teórico exposto nesta dissertação, na Titularidade de Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude e de Família e, atualmente, da Procuradoria de Justiça da Infância e Juventude.

Agradeço à Equipe da Biblioteca Procurador-Geral de Justiça Clóvis Paulo da Rocha, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que, incansavelmente, me disponibilizou os livros e os artigos de difícil acesso com eficiência e presteza.

Agradeço aos professores do Curso de Mestrado da Faculdade de Direito da Estácio de Sá pelas brilhantes aulas ministradas e que me fizeram crescer como pessoa e profissional. Especialmente sou grata à Prof^a Dra. Edna Raquel Hogemann que, com sua orientação suave e segura e dedicado trabalho na luta pela dignidade da pessoa humana, me motivou a ampliar a pesquisa da identidade familiar da criança institucionalizada sob a ótica da alteridade.

Dedico este trabalho acadêmico à família nuclear que Deus me presenteou: meu marido Washington e minhas filhas Raquel e Rebecca, amores de minha vida.

À memória de meu pai Professor Doutor José Carlos Ferreira Lobo, advogado e professor de Direito Processual Civil: exemplo de mestre em quem me espelho.

“A criança abandonada mobiliza a culpa social que todos nós, inconscientemente, carregamos. Como nos engajar num trabalho de acolher a criança, ampará-la, substituir as funções maternas e paternas, sem cair na tentação de projetarmos num “mau” externo a responsabilidade por esse fracasso? [...] Essas e outras possíveis explicações vão se construindo e não são nunca a verdade toda, à medida que a própria criança não foi escutada nem autorizada a construir por si própria a sua verdade, a sua história, a sua explicação. É essa história que incomoda a todos nós.” (Isabel Marin)

“As crianças é que escolhem seus pais.” (Françoise Dolto)

RESUMO

A presente dissertação investiga a efetivação do direito à identidade familiar plena da criança e do adolescente que se encontram sob a medida de acolhimento institucional diante da privação parcial ou total do convívio com os pais. A fundação da identidade da criança institucionalizada é tema de grande complexidade, uma vez que depende da relação de convivência e de afeto com o *outro*. A formação e o rompimento de vínculos parentais foram examinados pelo viés psicossocial, filosófico e legal através da teoria do apego, da referência genealógica do Estado, da identidade narrativa e do exame analítico da legislação internacional e brasileira. O primeiro *outro* na vida da criança - a família - é aprofundado a partir de suas múltiplas características contemporâneas, sem perder de vista as peculiaridades dos núcleos familiares vulneráveis que, por carência socioeconômica, em sua grande maioria, utilizam a rede de atendimento institucional como meio de assegurar aos filhos os direitos fundamentais. Pretende-se, ainda, demonstrar que a função dos pais na garantia do direito à plena identidade dos filhos não se resume ao reconhecimento deste *status* parentofilial e, para tanto, foi realizada a distinção entre direitos da personalidade e direitos pessoais, estado de filiação e identidade familiar. Por ser o local da fala da criança no momento da investigação do tema, a entidade de acolhimento e o seu papel na constituição do processo identitário de crianças e adolescentes foi alvo de reflexão, isto porque estes sujeitos de direito se situam em um lugar de passagem, onde os laços de apego são temporários e instáveis. A criança institucionalizada necessita ser ouvida e ter voz para narrar a sua própria história familiar, formando sua personalidade com todas as referências que o acolhimento e a rede de proteção lhe disponibilizam, através da construção de elos identitários com famílias possíveis: biológica, socioafetiva, simbólica, plural. Sob a ótica da doutrina da proteção integral, a identidade familiar apresenta-se como direito indispensável à ancoragem do ser humano em processo de formação na sociedade e na família, necessitando do atuar proativo e solidário de todos, *outros* para os quais a criança institucionalizada seja o alvo de alteridade.

Palavras-chave: Criança e adolescente. Acolhimento institucional. Identidade familiar. O *outro* referencial. Narrativa do Acolhido. Alteridade.

ABSTRACT

The formation, the breach and the reconstruction of institutionalized child and adolescent family identity: the *other* reference to the host narrative

This dissertation investigates the enforcement of child and adolescent's right to full family identity which are under hosting body in face of partial or total coexistence with the parents. The institutionalized child's identity foundation is a very complex theme once it depends on the relationship and affection with the *other*. The formation and breach of parental links were examined by psychosocial, philosophical and legal bias through the theory of attachment, the genealogical reference of the State, the narrative identity and the analytical examination of the international and Brazilian legislation. The first *other* in the child's life – the family – is deepened from its multiple contemporary characteristics, without losing the sight of the peculiarities from the vulnerable family nucleus that, due to social-economic needs, generally speaking, use the institution network as a way to ensure the fundamental rights to their children. The aim is also to demonstrate that the role of the parents in guaranteeing the right to full identity of their children, isn't only the recognition of this parental status, and for this purpose, the distinction among personality rights and personal rights, affiliation state and family identity were held. As it is the place of the child's speech at the moment of the theme investigation, the hosting body and its role in the constitution of the child and adolescent identity process, was a target for thinking because all are in a passing place where the attachment bonds are temporary and unstable. The institutionalized child needs to be heard and to have voice to tell their own familiar history, building their personality with all the references the hosting body and the protection network provided them, through the construction of identity links with possible families: biological, socio-affective, symbolical and plural. Under the view of the doctrine of integral protection, the family identity is presented as the essential right to human being anchoring in the process of formation in the society and in the family, requiring the proactive and sympathetic performance of all *others* for whom the institutionalized child is the target of alterity.

Key words: Child and adolescent. Hosting body. Family identity. The *other* referencial. The hosted narrative. Alterity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A ESTRUTURAÇÃO E O ROMPIMENTO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA SOB A PERSPECTIVA FILOSÓFICA E PSICOSSOCIAL: UMA HISTÓRIA A SER NARRADA	17
1.1. O apego e a privação do afeto na formação da identidade	17
1.2. A fundação do sujeito através de sua construção subjetiva e do lugar de referência: as funções parentais	23
1.3. A construção do sujeito-criança através da hermenêutica Ricoueriana da identidade narrativa e da alteridade	29
1.4. A função simbólica da família em situação de vulnerabilidade para a identidade filial	34
1.5. O papel da entidade de acolhimento na narrativa da identidade da criança	38
2. ESTADO DA ARTE DAS COMPOSIÇÕES FAMILIARES E DAS NORMAS LEGAIS ACERCA DA IDENTIDADE NO BRASIL	50
2.1 A família plural, solidária e democrática como <i>locus</i> da formação da identidade do ser humano	49
2.2. A identidade: direito da personalidade confrontado com o <i>status familiae</i>	56
2.3. Identidade individual, relacional e a historicidade genética	59
2.4. O nome: sinal identificador da pessoa humana	63
2.5. O direito à identidade na estrutura constitucional brasileira	68
2.6. O nome nos documentos internacionais: direito humano fundamental	75
3. AS IDENTIDADES DECORRENTES DO ESTADO FILIAL	91
3.1. A referência legal da filiação no Brasil	91
3.2. O afeto que constrói a identidade.....	100

3.3. A omissão materna e a deserção paterna no estabelecimento da identidade: consequências legais.....	112
4. RESGATANDO A HISTÓRIA DA IDENTIDADE DAS CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS NO CENÁRIO SOCIAL E LEGAL BRASILEIRO	117
4.1. Retrospectiva legislativa da identidade do “menor abandonado”.....	117
4.2. A doutrina da proteção integral como marco revolucionário da busca da identidade familiar de crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional.....	127
4.3. Políticas Públicas e práticas institucionais de acompanhamento da história familiar e de regularização dos registros de nascimentos de crianças em situação de vulnerabilidade	140
5. RECONSTRUINDO A IDENTIDADE DA CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA NO SEIO DA FAMÍLIA ADOTIVA.....	154
5.1. Breve histórico da parentalidade adotiva no direito brasileiro.....	154
5.2. Historicidade genética do filho adotivo: verdade necessária.....	165
5.3. Meios de identificação biológica do filho adotivo.....	167
CONCLUSÃO	177
REFERÊNCIAS	182